



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju - SE, Ano 32, Edição 1661
9 a 15 de fevereiro de 2015



www.cinform.com.br



WhatsApp: (79) 9647-3370
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

SEGURANÇA PÚBLICA

CADERNO 1 | 17

MUDANÇA

Quadro penitenciário ainda é caótico

O Estado oferta 2.471 vagas dentro as unidades ativas, mas hoje, 4.036 presos cumprem penas nos presídios. O déficit é de 1.565 vagas. Além dos presídios, as delegacias sergipanas também se encontram superlotadas



TÂMARA CARVALHO

Permanência das guaritas desativadas causa insegurança



MÁRIO SOUSA

A segurança aparente do Copemcan vai além de cercas e arames

■ É bem verdade que ao longo dos últimos anos o incêndio tomou conta do sistema prisional de Sergipe. Aliás, não apenas os presídios vivem situações preocupantes, as delegacias também estão abarrotadas de presos e o Estado não sabe o que fazer com eles.

E o raio X do sistema prisional mostra bem a ingerência da pasta no decorrer dos anos. Atualmente, são oito unidades prisionais ativas, uma em regime de co-gestão e outras duas que estão em fase de construção.

O Estado oferta 2.471 vagas dentro as unidades ativas, mas essa conta não fecha de maneira alguma. Hoje, 4.036 presos cumprem penas nos presídios sergipanos, ou seja, um déficit de 1.565 vagas e uma superpopulação carcerária possível de imaginar mesmo sem pisar os pés dentro de qualquer uma das unidades.

GUARITAS DESATIVADAS

Outro problema, denunciado em 2012 pela categoria dos agentes penitenciários, mas que persiste e coloca em risco a segurança de toda a sociedade, trata das guaritas que ainda estão desativadas. Apenas as unidades de Tobias Barreto e Nossa Senhora da Glória estão com as guaritas em funcionamento.

Quando o assunto é manutenção, conservação e limpeza das instalações, a sujeira toma conta das unidades. Inexiste esse tipo de serviço estabelecido no sistema penitenciário. Para minimizar a situação de imundície, cada presídio possui uma equipe de presos que executa o trabalho sob a supervisão de um agente.

No quesito saúde, a exceção é o Hospital de Custódia e

Tratamento Psicológico. Nas demais unidades não existem equipes, muito menos serviços odontológicos, ou de assistência psicológica e social para os detentos. As enfermarias das unidades prisionais contam apenas com um técnico de enfermagem para todo o contingente populacional carcerário.

RESSOCIALIZAÇÃO?

Imagine um único profissional de enfermagem para dar conta dos cerca de 2.200 presos que estão no Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto - Copemcan -, em São Cristóvão. Vale destacar que a unidade foi construída para abrigar apenas 800 detentos. Um verdadeiro barril de pólvora, prestes a explodir.

Em se tratando de ressocialização, é possível um egresso do sistema prisional sair e não reincidir em praticar atos em conflito com a lei? A resposta é não, pelo menos nos moldes em que se encontram as unidades prisionais atuais.

Essa é uma tecla bastante criticada pelo promotor da 1ª Promotoria de Justiça das Execuções Criminais, Luís Cláudio Almeida Santos. Segundo ele, o Estado, ao longo dos anos se preocupou em construir presídios e esqueceu de fazer o dever de casa no sentido de reinserir o preso de volta à sociedade.

DEMISSÃO DO ESTADO

"O grande problema é que não se sabe exatamente o que fazer com os presos. O sistema prisional se preocupa em evitar a fuga, mas não tem uma política pública de reinserção social. Quando digo saber o que fazer, não é conduzir atividades isoladas, e sim ter uma estrutura

“O passado teve acertos e erros. Mas, para mim, o que importa é daqui para frente. Sou movido a desafios e darei a minha parcela de contribuição para a melhoria do sistema prisional. Acredito e vou conseguir minimizar a problemática”

ANTÔNIO HORA FILHO,
Secretário da Justiça e
Defesa do Consumidor

montada para reinserir o preso e fazer com que tenham motivos e estímulos para não voltar a cometer atos em conflito com a lei", critica o promotor Luís Cláudio.

E ele vai mais além, quando o assunto diz respeito aos regimes semiaberto e aberto, que, atualmente, estão extintos do sistema prisional, ou seja, quando o preso é contemplado com a progressão do regime fechado para um desses dois, ele é mandado direto para casa.

"O Estado se demitiu do regime aberto desde a exclusão, em 2001, da Casa do Albergado, quando deixou de funcionar e o prédio foi transferido para a Polícia Militar. Já o semiaberto, a demissão se deu na fundação do Presídio Feminino, onde também não existe o sistema semiaberto, ou seja, há um salto do regime fechado para o aberto, pulando etapas", lamenta o promotor.



MÁRIO SOUSA

Antônio Hora: possui conhecimento sobre o sistema

CONTA SEM RESULTADO

O sistema prisional brasileiro já tem a quarta maior população carcerária do mundo e a tendência, pelo menos se depender da política de ressocialização, é de se aumentar a cada dia. Basta saber que os presídios sergipanos recebem 60 presos por semana, totalizando 240 por mês. Já o inverso, é bem menor. Uma conta que não fecha nunca.

"O Estado é um mero guardador de presos. O sistema prisional é um problema por si só. Solução não existe, o que se pode é minimizar os efeitos negativos. É uma ilusão achar que existe segurança enquanto o preso está lá dentro", alerta o promotor Luís Cláudio.

E dinheiro para isso parece existir. Basta dizer que o orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa do Consumidor - Sejuc -, é mais alto do que toda a verba destinada para a Polícia Militar. Para esse ano, ultrapassa a casa dos R\$ 33 milhões.



DIEGO RIOS

Luís Cláudio: "O Estado é um guardador de presos"

CONCURSO PÚBLICO

O promotor Luís Cláudio ingressou com uma Ação Civil Pública - ACP -, na 12ª Vara Cível, para a realização de concurso público para a carreira de agente penitenciário. A ACP também visa a compra do segundo dia de folga dos agentes até que o concurso seja feito.

"É um paliativo, mas que precisa ser acatado. Estamos no aguardo da Justiça. Entraremos com outra ação para obrigar o Estado a realizar a reinserção social, que é uma das finalidades da execução penal", alerta o promotor da Vara das Execuções Criminais.

Quanto à resolução do problema, o atual secretário da Justiça, Antônio Hora Filho, parece ter domínio sobre o assunto e também vontade em acertar. Em menos de 30 dias que assumiu a pasta, ele já visitou o Copemcan por três vezes.

ATIVO

A última visita se deu na manhã de quinta-feira, 5, quando

“O grande problema é que não se sabe exatamente o que se faz com os presos. O sistema prisional se preocupa em evitar a fuga, mas não tem uma política pública de reinserção social”

LUÍS CLÁUDIO
ALMEIDA SANTOS

Promotor da 1ª Promotoria
de Justiça das Execuções
Criminais

pôs em prática parte do plano de ação para mudar o sistema prisional sergipano. Ele mudou por completo as atuais Diretorias dos presídios, ocasionando um choque de gestão.

"Hoje começa uma nova fase dentro do Copemcan, que muito em breve vai deixar de ser encarado como um problema e se transformar em vitrine. O sistema prisional é uma máquina que tem engrenagens e quero ser o lubrificante dessa engrenagem", afirmou o secretário durante a passagem pelo Presídio de São Cristóvão

Foram apresentados nos cargos de diretor e vice-diretor, respectivamente, Jean Guimarães Santos e Fernando Freire da Silva. Ambos são conhecedores do sistema prisional e acumulam passagem por outras unidades.

FUTURO

O secretário também anunciou outras ações que prometem modificar o atual quadro do sistema penitenciário de Sergipe, a exemplo da revisão no manual de procedimentos do sistema e também da revitalização da Escola de Gestão Penitenciária - Egesp.

"O passado teve acertos e erros. Mas, para mim, o que importa é daqui para frente. Sou movido a desafios e darei a minha parcela de contribuição para a melhoria do sistema prisional. Acredito e vou conseguir minimizar a problemática", afirma Antônio Hora. ■

COMENTE ESTA MATÉRIA
editorial@cinform.com.br